

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Fundo Estadual de Proteção e Defesa do Consumidor – FEPDC

Unidade Orçamentária – 4451

Exercício - 2021

Consolidado Unidades Executoras 1090005, 1090009, 1090010, 1090017 e 1090021

O Fundo Estadual de Proteção e Defesa do Consumidor (FEPDC), apresenta as Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público - DCASP do exercício 2021, em comparação às do exercício 2020, quando aplicável.

As Notas Explicativas, segundo o MCASP – Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, têm o objetivo de prestar informações adicionais àquelas apresentadas nos quadros das Demonstrações Contábeis, com o intuito de facilitar sua compreensão aos diversos usuários, e são parte integrante das Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP).

1. INFORMAÇÕES GERAIS

O FEPDC constitui o instrumento financeiro para o apoio e implementação de programas, projetos e atividades destinadas ao financiamento de ações para cumprimento dos objetivos da Política Estadual de Proteção das Relações de Consumo, de forma a prevenir e reparar danos causados ao consumidor.

Sem personalidade jurídica, com duração indeterminada, o Fundo Estadual de Proteção e Defesa do Consumidor - FEPDC - é regido pela Lei Complementar n.º 66, de 22 de janeiro de 2003, atualizada pela Lei Complementar n.º 144, de 27 de julho de 2017, e pelas disposições contidas na Resolução PGJ n.º 22, de 24 de outubro de 2017. Seu Regimento Interno foi aprovado pelo Conselho Gestor em 25/04/2018.

O Fundo é gerido pela Procuradoria Geral de Justiça, órgão que integra a Administração Superior do Ministério Público e é administrado pelo Conselho Gestor designado pela Portaria PGJ nº 497, de 11 de março de 2021.

Os recursos financeiros arrecadados pelo FEPDC são aplicados na consecução de projetos; na aquisição de bens e realização de atividades que promovam, aprimorem e fomentem a defesa e o direito do consumidor; na educação para o consumo; na capacitação e modernização administrativa e funcional dos órgãos públicos. Os critérios de análise dos projetos constam no Aviso Conjunto FUNEMP/FEPDC nº1 de 24/01/2020.

Semelhantemente aos outros exercícios, em 2021 o Fundo executou projetos de relevância na seara de proteção de defesa dos direitos nas relações de consumo e firmou Termos de Descentralização de Créditos Orçamentários - TDCO e convênios com entidades mineiras.

O Sistema utilizado pelo Ministério Público de Minas Gerais e pelos Fundos por ele geridos é o SIAFI/MG – Sistema Integrado de Administração Financeira de Minas Gerais. Este sistema é gerido pela Superintendência Central de Contabilidade Governamental da Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais – (SCCG/SEFMG), e vêm passando por reestruturação a fim de atender às Normas Internacionais de Contabilidade, conforme a Portaria N. 184/2008 do Ministério da Fazenda, bem como as Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas ao Setor Público, aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A seguir serão apresentadas as Notas Explicativas, elaboradas pela Diretoria de Contabilidade, às Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP), disponibilizadas pela Superintendência Central de Contabilidade Governamental da Secretaria do Estado de Fazenda de Minas Gerais, compostas pelos demonstrativos enumerados pela Lei n. 4.320/1964 e pelos exigidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCTSP).

2. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas com propósito de fornecer informações sobre a situação patrimonial, desempenho e fluxo de caixa em conformidade à legislação aplicável.

Assim, as Demonstrações Contábeis são compostas de:

- a. Balanço Orçamentário;
- b. Balanço Financeiro;
- c. Balanço Patrimonial;
- d. Demonstração das Variações Patrimoniais;
- e. Demonstração dos Fluxos de Caixa;
- f. Notas Explicativas.

2.1. NOTAS EXPLICATIVAS AO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

O Balanço Orçamentário, segundo o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público evidencia a comparação dos valores orçados com os valores realizados decorrentes da execução do orçamento, ou seja, confronta o orçamento inicial e as suas alterações com os valores executados, demonstrando o resultado orçamentário.

Os recursos do orçamento do FEPDC para 2021 foram alocados no apoio às ações de PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR, ação constante no programa de Defesa do Consumidor, que consta no PPAG 2020-2023.

O valor total do orçamento autorizado para 2021 foi de R\$31.500.000,00. Foram autorizados créditos suplementares até o limite de R\$40.000.000,00, para atender as Despesas Correntes até o valor de R\$20.000.000,00 e Investimento até o valor de R\$20.000.000,00, sendo provenientes do saldo financeiro da receita de recursos diretamente arrecadados, assim, o orçamento autorizado foi de R\$71.500.000,00.

Receitas

As receitas são compostas por:

RECEITA ORÇAMENTÁRIA	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS 2021	% DE REALIZAÇÃO	% PARTICIPAÇÃO NO TOTAL	RECEITAS REALIZADAS 2020
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	31.580.000,00	12.725.338,47	40,30%		9.617.190,78
RECEITAS CORRENTES	5.260.000,00	2.157.331,22	6,83%	16,95%	9.617.190,78
VALORES MOBILIÁRIOS	5.250.000,00	2.155.917,58	6,83%	16,94%	1.474.845,32
DEMAIS RECEITAS PATRIMONIAIS	10.000,00	1.413,64	0,00%	0,01%	-
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	26.320.000,00	10.568.007,25	33,46,%	83,05%	8.142.345,46
TOTAL	31.580.000,00	12.725.338,47	40,30%		9.617.190,78

Verifica-se que não houve o cumprimento da arrecadação das receitas orçamentárias em relação à previsão orçamentária, atingindo 40,30% do total esperado. Ressalta-se que a peça orçamentária é baseada em previsões de arrecadação, que são concretizadas conforme a ocorrência dos fatos no cotidiano.

No grupo OUTRAS RECEITAS CORRENTES, destaca-se um crescimento de 29,79% em relação ao exercício de 2020, em decorrência do aumento das multas previstas na legislação aplicadas pelo PROCON-MG que, a partir de setembro/2021 passaram a ser recebidas através de boletos bancários buscando melhor controle e agilidade. Este grupo representa 83,05% do total arrecadado no período.

O crescimento na conta de VALORES MOBILIÁRIOS, na ordem de 46,18% em comparação a 2020, deve-se ao aumento do saldo bancário e da taxa de juros que remunerou os valores aplicados durante o exercício.

Despesas

DESPESA ORÇAMENTÁRIA	DOTAÇÃO ATUALIZADA	EMPENHADAS	% EMPENHADO	LIQUIDADAS	PAGAS
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	66.250.000,00	9.997.634,87	15,09	6.867.276,92	6.867.276,92
DESPESAS CORRENTES	33.750.000,00	3.855.617,86	11,42	3.141.249,55	3.141.249,55
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	33.750.000,00	3.855.617,86	11,42	3.141.249,55	3.141.249,55
DESPESAS DE CAPITAL	32.500.000,00	6.142.017,01	18,90	3.726.027,37	3.726.027,37
INVESTIMENTOS	32.500.000,00	6.142.017,01	18,90	3.726.027,37	3.726.027,37
DESPESAS INTRA ORÇAMENTÁRIAS	5.250.000,00		-		
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	5.250.000,00		-		
SUBTOTAL DAS DESPESAS	71.500.000,00	9.997.634,87	13,98	6.867.276,92	6.867.276,92
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	71.500.000,00	9.997.634,87	13,98	6.867.276,92	6.867.276,92
SUPERÁVIT		2.727.703,60	-		
TOTAL	71.500.000,00	12.725.338,47	17,80	6.867.276,92	6.867.276,92

O Fundo apresentou uma economia orçamentária no valor de R\$61.502.365,13 na execução das despesas, o que equivale a 13,98% em relação à dotação atualizada.

Foram executadas 9,89% das despesas correntes e 18,90% das despesas de capital autorizadas para o exercício. Vale lembrar que quando da aprovação de um projeto,

especialmente se firmado por meio de Termo de Descentralização de Créditos Orçamentários (TDCO), a dotação orçamentária fica reservada, cabendo ao órgão solicitante a execução desta rubrica, e isso pode não ocorrer dentro do exercício.

O Fundo apresentou uma diminuição considerável no total das despesas, em relação ao exercício de 2020, destacando-se as DESPESAS CORRENTES INTRA ORÇAMENTÁRIAS que, em 2020, teve aumento excepcional em razão de decisão do Grupo Gestor do Fundo, publicada no DOMP em 05/11/2020, na qual foi aprovada a transferência dos rendimentos das aplicações do FEPDC para o Fundo Especial do Ministério Público de Minas Gerais.

Dentre as despesas correntes, as DESPESAS COM SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO e SERVIÇOS PRESTADOS POR PESSOAS JURÍDICAS reduziram 64,12% e 79,70%, respectivamente.

O crescimento das despesas com DIÁRIAS e MATERIAL DE CONSUMO justifica-se pelo aumento das atividades executadas em 2021, durante a flexibilização do regime de isolamento, especialmente as atividades de fiscalização de agências bancárias.

DESPESAS DE CAPITAL	2021	2020
TRANSFERENCIAS A MUNICIPIOS	397.512,68	1.284.085,31
TRANSFERENCIAS A INSTITUICOES MULTIGOVERNAMENTAIS	3.675.409,30	543.307,01
SERVIÇOS EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	-	97.629,57
EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	2.069.095,03	759.360,31
TOTAL	6.142.017,01	2.684.382,20

Houve acréscimo nas DESPESAS DE CAPITAL em relação à 2020, principalmente devido a celebração de convênios de saída com municípios e instituições multigovernamentais do Estado, estes acordos representam 59,84% do total das despesas de capital executadas. Insta esclarecer que foram firmados com objetivo de articulação, integração e o intercâmbio institucional visando à implementação do projeto reestruturação do PROCON regional, bem como a implementação do projeto estruturação do serviço de inspeção municipal.

O crescimento das despesas de capital, constantes no quadro anterior, com TRANSFERENCIAS A INSTITUICOES MULTIGOVERNAMENTAIS e EQUIPAMENTOS/MATERIAL PERMANENTE justifica-se especialmente, pelo TDCO 089/2020, Unidade Executora 1090017, que se refere à aquisição de sistema verificador de adulteração de bebidas (SEI 19.16.2004.0011077/2020-73).

A maior parte da execução das despesas da Unidade Orçamentária 4451, o valor de R\$7.542.213,71, foi realizado pela Unidade Executora 1090005 – FEPDC. O restante, cerca de 24,56%, foi realizada através de Termos de Descentralização de Créditos Orçamentários – TDCOs, firmados através de Unidades Executoras Próprias, conforme quadro abaixo:

UNIDADE EXECUTORA	ÓRGÃO GESTOR	TDCO	DESPESA EMPENHADA 2021	% DO TOTAL	DESPESA EMPENHADA 2020	% DO TOTAL
1090009	Fundação Ezequiel Dias – FUNED	135/2019	381.825,13	3,82	0,00	0,00
1090010	Polícia Civil Estado de Minas Gerais	131/2019	0,00	-	105.142,17	0,27
1090017	Polícia Civil Estado de Minas Gerais	089/2020	105.299,99	1,05	746.000,00	1,90
1090021	Instituto Mineiro de Agropecuária – IMA	121/2020	1.968.296,04	19,69	0,00	0,00
TOTAL			2.455.421,16		851.142,17	

A Unidade Executora 1090021, TDCO 121/2020, foi responsável por 80,16% da execução da despesa realizada por meio dos Termos de Descentralização de Créditos Orçamentários. Esse termo foi celebrado com o Instituto Mineiro de Agropecuária-IMA, cujo objetivo é o custeio do projeto intitulado “Segurança Alimentar – Agrotóxicos” (SEI 19.16.2003.0042072/2020-42).

UNIDADES EXECUTORAS	DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	DO EXERCÍCIO	TOTAL
1090005	160.046,69	1.011.207,62	1.171.254,31
1090009	0,00	104.709,29	104.709,29
1090017	0,00	85.600,00	85.600,00
1090021	0,00	1.928.841,04	1.928.841,04
TOTAL	160.046,69	3.130.357,95	3.290.404,64

O saldo de RESTOS A PAGAR PROCESSADOS, RPP inscritos em 2020, no valor de R\$102.914,34, foi totalmente pago.

Do saldo de RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (RPNP), registrados em exercícios anteriores, no total de R\$3.146.609,40, foram liquidados e pagos o valor total de R\$2.906.708,10 e cancelados de R\$79.854,61, restando o saldo apresentado na tabela de R\$160.046,69.

Das despesas executadas, foram inscritos em RPNP o valor de R\$3.290.404,64. Tais valores são decorrentes de contratos firmados pelo Fundo, englobando contratos de Serviços, Fornecimento e Aluguéis, assim divididos nas Unidades Executoras:

- Unidade Executora 1090005 - FEPDC

Do total de R\$1.171.254,31, existem saldos remanescentes dos exercícios de 2019 no valor de R\$15.231,05, de 2020 no valor de R\$144.815,64 e em 2021 foram inscritos R\$1.011.207,62.

Importante salientar que a Comissão Inventariante, instituída pela Portaria 2963/2021, responsável por inventariar os Valores em Tesouraria e Passivo, bem como os Valores registrados em Restos a Pagar, realizou inspeções e consultas às unidades responsáveis pelo gerenciamento das informações, para assegurar sobre o posicionamento das contas pertencentes a cada contrato, sendo que em Relatório Conclusivo, certificou os saldos dos Restos a Pagar Inscritos.

Resultado

RECEITAS REALIZADAS	DESPESAS EMPENHADAS	RESULTADO
12.725.338,47	9.997.634,87	2.727.703,60

O Fundo apresentou superávit orçamentário de R\$2.727.703,60, demonstrando melhor resultado em comparação a 2020 quando foi apresentado um déficit orçamentário.

2.2. NOTAS EXPLICATIVAS AO BALANÇO FINANCEIRO

Em conformidade ao MCASP o Balanço Financeiro evidencia as receitas e as despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte.

RECEITA	2021	2020	VARIAÇÃO	%
RECEITA ORÇAMENTÁRIA	12.725.338,47	9.617.190,78	3.108.147,69	32,32%
RECEITAS CORRENTES	12.725.338,47	9.632.593,06	3.092.745,41	32,11%
RECEITA PATRIMONIAL	2.157.331,22	1.490.247,60	667.083,62	44,76%
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	10.568.007,25	8.142.345,46	2.425.661,79	29,79%
DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	(15.402,28)	15.402,28	100,00%
VALORES MOBILIÁRIOS	0,00	(15.402,28)	15.402,28	100,00%

Observa-se um crescimento de 32,32% da RECEITA ORÇAMENTÁRIA em relação ao exercício de 2020, mormente evidenciado pelo crescimento da RECEITA PATRIMONIAL, em

razão do aumento do saldo bancário e da taxa de juros que remunerou os valores aplicados durante o exercício e, ainda, pelo crescimento da conta OUTRAS RECEITAS CORRENTES, na qual são registradas as multas previstas na legislação aplicadas pelo PROCON-MG, que registrou aumento na ordem de 29,79% em relação à 2020.

RECEITA	2021	2020	VARIAÇÃO	%
RECEBIMENTOS ORÇAMENTÁRIOS EXTRA-	3.336.109,64	3.444.176,10	108.066,46	3,14%
INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	0,00	102.914,34	102.914,34	100,00%
INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	3.130.357,95	3.127.795,67	2.562,28	0,08%
DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS	205.751,68	211.431,72	5.680,04	2,69%
DESCONTOS FINANCEIROS OBTIDOS	0,01	2.034,37	2.034,36	100,00%

No que tange aos Recebimentos Extra Orçamentários, a redução em relação ao exercício de 2020 foi pouco expressiva, cerca de 3,14%, deveu-se principalmente pela inexistência de valores de Restos a Pagar Processados no período.

DESPESA ORÇAMENTÁRIA	2021	2020	VARIAÇÃO	%
DESPESA ORÇAMENTÁRIA	9.997.634,87	39.163.660,45	29.166.025,58	74,47%
DESPESA ORÇAMENTÁRIA	9.997.634,87	6.765.326,46	3.232.308,41	47,78%
DESPESA INTRA ORÇAMENTÁRIA	0,00	32.398.333,99	32.398.333,99	100,00%

A diminuição das Despesas Intra Orçamentárias justifica-se pelo valor excepcional constante nessa rubrica em 2020, quando a decisão do Grupo Gestor do Fundo Estadual de Proteção e

Defesa do Consumidor (FEPDC) aprovou a transferência dos rendimentos das aplicações para o FUNEMP.

SALDO EM ESPÉCIE	2021	2020	VARIAÇÃO	%
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	53.855.717,08	51.007.274,35	2.848.442,73	5,58%

O FEPDC apresentou resultado financeiro superavitário na ordem de R\$ 2.848.442,73 representando um crescimento equivalente a 5,58%, o que demonstra a capacidade de geração de Caixa e Equivalentes do Fundo.

O SALDO EM ESPÉCIE PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE coincide com o Saldo Contábil da conta Caixa e Equivalentes de Caixa do Balanço Patrimonial, que foi conciliado pela Diretoria de Contabilidade e atestado pela Superintendência de Finanças.

2.3. NOTAS EXPLICATIVAS AO BALANÇO PATRIMONIAL

O Balanço Patrimonial é a demonstração contábil que evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da Entidade Pública por meio de contas representativas do Patrimônio Público, bem como os Atos Potenciais, que são registrados em contas de compensação (natureza de informação e controle), segundo o MCASP.

2.3.1. Ativo

No Ativo encontram-se os recursos controlados pela entidade como resultado de eventos passados e dos quais se espera que resultem para a entidade benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços.

2.3.1.1. Ativo Circulante

São classificados como circulantes os recursos disponíveis para realização imediata e os ativos cuja expectativa de realização é de doze meses após a data das Demonstrações Contábeis.

2.3.1.1.1. Caixa e Equivalente de Caixa

CONTAS		2021	2020	%
1.1.1.1	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	53.855.717,08	51.007.274,35	5,58
1.1.1.1.1.02	BANCOS CONTA MOVIMENTO	5.686,53	3.725,85	52,62
1.1.1.1.1.10	APLICACOES FINANCEIRAS	53.848.500,88	50.994.999,21	5,60
1.1.1.1.2.03	RECURSOS FINANCEIROS CENTRALIZADOS CONTA UNICA A RECEBER - ARRECADACAO DAE	1.529,67	8.549,29	(82,11)

As disponibilidades são constituídas pela soma dos valores registrados em BANCOS CONTA MOVIMENTO, APLICAÇÕES FINANCEIRAS e os RECURSOS FINANCEIROS A RECEBER POR ARRECADADAÇÃO DE DAE, totalizando R\$ 53.855.717,08.

A conta CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA corresponde a 54,70% do ativo total. Em 2021 teve aumento de 5,58% em relação a 2020, sendo que tal crescimento se deve ao aumento do saldo bancário e a melhor remuneração das aplicações financeiras no exercício.

Os valores constantes em APLICAÇÕES FINANCEIRAS encontram-se aplicados em Fundos de Títulos Públicos e todos os rendimentos foram registrados e conciliados inclusive os do mês de dezembro de 2021, sendo expressos em moeda nacional.

Os valores constantes no Balanço são consolidados, assim, segue a composição das contas:

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	CONTA		2021	2020
1090005	1.1.1.1.1.02	BANCOS CONTA MOVIMENTO	3.413,17	1.479,99
1090010	1.1.1.1.1.02	BANCOS CONTA MOVIMENTO	2.245,86	2.245,86
1090021	1.1.1.1.1.02	BANCOS CONTA MOVIMENTO	27,50	-
TOTAL MOVIMENTO			5.686,53	3.725,85
1090005	1.1.1.1.1.10	APLICACOES FINANCEIRAS	53.848.500,88	50.994.999,21
TOTAL			53.854.187,41	50.998.725,06

O Fundo apresenta situação financeira satisfatória, com Capital Circulante Líquido em crescimento, sendo que no exercício atingiu o montante de R\$54.064.987,04, valor 6,15% superior, em comparação a 2020, demonstrando excelente liquidez, indicando que tem capacidade financeira em arcar com os compromissos firmados.

O montante das APLICAÇÕES FINANCEIRAS, R\$53.848.500,88 pertence somente à Unidade Executora 1090005, destaca-se pelo aumento de 5,60% em relação ao ano de 2020 em decorrência da melhor remuneração das aplicações no exercício aliado ao registro das multas administrativas aplicadas pelo Fundo em 2021.

Os saldos contábeis apresentados em dezembro foram certificados pela Administração Superior juntamente com a Superintendência de Finanças. As contas que compõem esse grupo são controladas pela Diretoria de Administração Financeira e são conciliadas mensalmente pela Diretoria de Contabilidade.

2.3.1.1.2. Outros Créditos a Receber

CONTA		2021	2020
1.1.3	DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	182.824,52	0,00

Os valores constantes na conta OUTROS CRÉDITOS A RECEBER referem-se às multas aplicadas pelo PROCON conforme legislação específica que, a partir de setembro/2021, passaram a ser cobradas através de boleto bancário.

Destaca-se que há o acompanhamento de registro e contabilização dos valores não recebidos em dívida ativa não tributária e estão sendo tomadas providências para levantamento dos valores já ajuizados, tendo sido aprovado no exercício e firmado em 2022 o TDCO 026/2022 com a Advocacia Geral do Estado para tal finalidade (SEI 19.16.2003.0000459/2022-36)

2.3.1.1.3. Estoques / Almojarifado

Os estoques do FEPDC são compostos por itens de Almojarifado - Materiais de Consumo da Unidade Almojarifado SIAD 1091056.

CONTA		2021	2020	%
1.1.5	ESTOQUES	28.870,20	29.507,85	(2,16)

O controle de todo o Material de Consumo é realizado no Sistema Integrado de Administração de Materiais e Serviços – SIAD, tendo como base de mensuração o custo médio ponderado.

No período, somente os elementos de despesa MATERIAL PARA ESCRITÓRIO, MATERIAIS DE LABORATÓRIO E PROD QUÍMICOS EM GERAL, FERRAMENTAS FERRAGENS E UTENSÍLIOS e MATERIAIS PARA ACONDICIONAMENTO E EMBALAGEM tiveram movimentação. O elemento de despesa COMBUSTÍVEIS não apresentou movimentação em 2021.

A Comissão Inventariante instituída pela Portaria Nº 2.959, em Relatório Preliminar apontou divergências em 02 itens do estoque que perfazia uma diferença líquida de R\$ 40,70 a menor entre o valor inventariado e o saldo contábil de 31/10/2021. O acerto sugerido pela comissão

foi realizado pela Divisão de Materiais – DIMAT em dezembro de 2021. (SEI 19.16.3921.0108068/2021-76).

O saldo Conciliado, em 31/12/2021, é o saldo que consta no SIAD no valor de R\$28.870,20 e foi certificado pela Comissão Inventariante mencionada.

2.3.1.2. Ativo Não Circulante

Estão classificados como Não Circulante os demais bens e direitos da Instituição cuja expectativa de realização seja superior a doze meses contados a partir da data das Demonstrações Contábeis.

É constituído por:

CONTAS		2021	2020	%
1.2.3	IMOBILIZADO	44.241.282,11	43.846.110,01	0,90
1.2.4	INTANGÍVEL	143.283,25	143.283,25	-
TOTAL		44.384.565,36	43.989.393,26	0,90

Cabe destacar que os bens adquiridos pelas Entidades com as quais foram firmados TDCO's compõem o valor do quadro apresentado acima.

2.3.1.2.1. Imobilizado

Constituído pelos valores registrados nos grupos de contas: Bens Móveis, Imóveis e Depreciação Acumulada, é responsável por 44,94% do total do Ativo e 99,68% do Ativo não Circulante e encerrou o exercício com o valor de R\$44.241.282,11 distribuídos em:

CONTAS		2021	2020	%
1.2.3.1.1	Bens Móveis – Consolidação	6.148.535,78	5.556.861,09	10,65
1.2.3.2.1	Bens Imóveis – Consolidação	40.000.000,00	40.000.000,00	-
1.2.3.8.1	(-) Depreciação, Ex. Amort. Acumulados	(1.907.253,67)	(1.710.751,08)	11,49
TOTAL		44.241.282,11	43.846.110,01	0,90

2.3.1.2.1.1. Bens Móveis

A base de Mensuração dos Bens Móveis encontra-se evidenciada pelo Custo Histórico, cujos valores constam em documentos comprobatórios de entrada, tais como Notas Fiscais e Termos de Doação, registrados no Sistema Integrado de Compras, Contratos, Almoxarifado e Patrimônio (SICCAP).

O valor total de R\$6.148.535,78 é composto por quatro Unidades Executoras:

UNIDADE EXECUTORA	2021	2020
1090005 - FEPDC	4.826.979,08	5.037.554,38
1090010 - TDCO - PCMG – DEICC	519.306,71	519.306,71
1090017 - TDCO – PMMG	765.699,99	0,00
1090021 - TDCO – IMA	36.550,00	0,00
TOTAL	6.148.535,78	5.556.861,09

Em cada unidade executora os bens móveis encontram-se distribuídos conforme composição a seguir:

BENS MÓVEIS	1090005 FEPDC	1090010 PCMG - DEICC	1090017 PMMG	1090021 IMA
5204 - Máquinas, Aparelhos, Utensílios e Equipamentos de Uso Industrial	0,01%			
5206 - Equipamentos de Comunicação e Telefonia	33,76%			
5207 - Equipamentos de Informática	12,53%	99,23%	2,57%	
5208 - Equipamentos de Som, Vídeo, Fotográfico e Cinematográfico	3,51%			
5209 - Equipamentos Hospitalares, Odontológicos e de Laboratório	0,90%		97,43%	100,00%
5210 - Ferramentas, Equipamentos e Instrumentos p/Oficina, Medição e Inspeção	3,31%			
5212 - Máquinas, Aparelhos, Utensílios e Equipamentos de Uso Administrativo	2,13%	0,77%		
5214 – Mobiliário	13,08%			
5217 – Veículos	29,64%			
5218 - Coleção e Materiais Bibliográficos (PERGAMUM)	0,32%			
5220 - Equipamentos de Segurança Eletrônica	0,82%			

O crescimento de 10,65% ocorreu em razão da aquisição de bens móveis nos TDCOs 1090017 e 1090021.

Dos bens móveis da Unidade Executora 1090005, o equivalente a 33,76% é composto por Equipamentos de Comunicação e 29,64% por Veículos. O Termo de Descentralização que mais investiu em imobilizado foi o 089/2020, representado pela Unidade Executora 1090017, firmado com a PMMG, sendo constituído, em sua totalidade, por Equipamentos Hospitalares/Laboratório.

Das baixas ocorridas no exercício, as mais expressivas, 43,48% foram realizadas nos Veículos e 42,01% nos Equipamentos de Informática. A maioria foi em decorrência de doações e transferências realizadas de bens classificados inservíveis para a instituição.

A Comissão Inventariante instituída pela Portaria Nº 2.962, encarregada de promover o inventário dos bens móveis do ativo permanente, apurou a situação dos bens móveis, apresentando a seguinte quantidade:

BENS MÓVEIS	DEFEITUOSO	EM CONSERTO	EM USO	SEM PLAQUETA	FURTADO	NÃO LOCALIZADO	OCIOSO
5201							
5203							
5204			01				
5206			27				06
5207	02		176			28	10
5208			56			08	07
5209			05	01		01	
5210	01		169	01		01	16
5212			62			07	
5214	01		622	02		07	01
5217			29			01	
5220			06			24	
TOTAL	04		1.153	04		77	40

Ao final dos trabalhos, a comissão sugeriu que os acertos sejam providenciados durante o primeiro semestre de 2022. Ainda, o Relatório Conclusivo sugeriu a melhoria do sistema e

ferramentas de controle e inventário, inventário extraordinário na DIMAT, educação institucional para ensinar as melhores práticas de controle patrimonial aos responsáveis, participação da Corregedoria Geral e Superintendência de Recursos Humanos para orientar e fiscalizar a atuação dos membros e servidores sobre o inventário de bens permanentes. (SEI 19.16.3923.0118646/2021-08).

Ademais, a Comissão Inventariante instituída pela Portaria Nº 2.958, encarregada de promover o inventário físico e financeiro do Acervo Bibliográfico, em Relatório Preliminar apurou 01 obra não localizada, patrimônio número 27480 valor de R\$ 183,48, na unidade Procon - Assessoria Jurídica. No relatório conclusivo de 31 de dezembro/21 verifica-se uma baixa correspondente ao valor mencionado, que regularizou a diferença apontada inicialmente. O total de exemplares pertencentes ao fundo é de 191 perfazendo o valor de R\$ 15.485,55.

A Diretoria de Contabilidade realiza conciliação mensal entre os saldos dos bens móveis no SICAP e no SIAFI/MG, as conciliações do mês de dezembro são parte integrante desta Prestação de Contas, bem como os Relatórios das Comissões Inventariantes.

Salientamos o entendimento da Auditoria Interna no Relatório da Prestação de Contas Anual do órgão de controle interno da PGJ/MG, o qual converge com o desta Diretoria de Contabilidade, de que *“a competência e o dever para o exercício do controle são dos respectivos órgãos para os quais foram abertas essas unidades executoras”* dos TDCO's. *“Ademais, acerca do registro no Balanço Patrimonial dos bens adquiridos com os recursos do Fundo, há manifestação contrária da Auditoria Interna”* em análise pela Administração Superior (SEI nº 19.16.2001.0011699/2019-11).

Em decorrência desta manifestação da Auditoria Interna informou em seu relatório: *“registra-se que a Diretoria de Materiais e Serviços da Superintendência de Logística e Serviços, juntamente com a Superintendência de Tecnologia da Informação e com a Diretoria de Contabilidade da Superintendência de Finanças, que são unidades da Procuradoria-Geral de Justiça de MG, iniciaram processo para as adequações, nos termos da manifestação da Auditoria Interna, dos controles dos bens móveis não circulantes.”*

2.3.1.2.2. Bens Imóveis

A base de Mensuração dos Bens Imóveis - OBRAS E INSTALAÇÕES EM ANDAMENTO é evidenciada através do Custo Histórico, cujos valores constam nos Processos de Pagamentos das Notas Fiscais comprobatórias, quando das medições mensais relativas à execução dos Contratos de Obras.

CONTA		2021	2020
1.2.3.2.1.03	OBRAS E INSTALAÇÕES EM ANDAMENTO	40.000.000,00	40.000.000,00
TOTAL		40.000.000,00	40.000.000,00

O saldo contábil consolidado em 31/12/2021 é de R\$40.000.000,00 e se refere ao Empenho 927/2017, Classificação Orçamentária 4451.03.061.738.4256.0001.4.4.90.61.06.0.60.1 relativo à parte de desapropriação de imóvel localizado na Rua Gonçalves Dias nº 2039, conforme Ofício SEA/DG/PGJAA/PGJ Nº 56/2017, para instalação da sede própria do MPMG em Belo Horizonte, Decreto Estadual Nº 536 de 27/12/2017, declarando Utilidade Pública para a Desapropriação de Pleno Domínio, Termo de Anuência entre as Partes, (PGJMG e Construtora Círculo Ltda) de 22/06/2018.

Insta salientar que a Comissão Inventariante instituída pela Portaria Nº 2.961, encarregada de promover o inventário físico e financeiro dos Bens Imóveis, não apresentou em seu relatório dados segregados referentes ao FEPDC. Destacamos que o PGJAA determinou que, para o próximo exercício, as comissões apresentem os relatórios separados para cada fundo e PGJ.

2.3.1.2.3. Depreciação Acumulada

A depreciação dos bens móveis, implantada em 2013, foi calculada pelo método linear, utilizando as taxas estabelecidas na IN SRF nº 162 de 31/12/1998, vigente à época.

O saldo acumulado de (R\$1.907.263,67), refere-se à movimentação do exercício de 2010 até o mês de dezembro de 2021, referente apenas à Unidade Executora 1090005, sendo que em 2010, 2011 e 2012, a apropriação foi efetuada anualmente e, a partir de 2013 a apropriação passou a ser realizada mensalmente. O marco inicial da apropriação da depreciação inclui somente os bens que entraram em uso a partir do exercício de 2010, enquanto os anteriores a esse exercício aguardam a definição dos critérios e adequação dos procedimentos no Sistema de Controle de Bens Móveis.

2.3.1.2.4. Intangível

Compreende os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados a manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade.

A base de Mensuração dos Bens Intangíveis - Softwares do Fundo Estadual de Proteção e Defesa do Consumidor - FEPDC encontra-se evidenciada pelo Custo Histórico, cujos valores constam nos devidos documentos comprobatórios de entrada, Notas Fiscais de aquisição, registrados no Sistema Integrado de Compras, Contratos, Almoxarifado e Patrimônio (SICCAP).

Os bens Intangíveis representados pela Classe 3927 – Serviços de Tecnologia da Informação – Softwares, no valor de R\$143.283,25 são conciliados pela Diretoria de Contabilidade, conforme conciliação anexa à Prestação de Contas.

O saldo é composto por:

UNIDADE EXECUTORA	2021	2020
1090005 - FEPDC	10.028,96	10.028,96
1090010 - TDCO - PCMG - DEICC	133.254,29	133.254,29
TOTAL	143.283,25	143.283,25

O FEPDC ainda não reconhece a amortização dos intangíveis, uma vez que o Sistema Integrado de Compras Contratos Almoxarifado e Patrimônio – SICCAP, no qual são registrados os Bens Permanentes, ainda não está preparado para realizar a amortização dos Intangíveis registrados contabilmente, motivo pelo qual os valores figuram na conta contábil pelo valor de custo.

2.3.2. Passivo

Segundo o MCASP Passivo é uma obrigação presente, derivada de evento passado, cuja extinção deva resultar na saída de recursos da entidade.

2.3.2.1. Passivo Circulante

Os passivos são classificados como circulantes quando correspondem a valores exigíveis até doze meses após a data das demonstrações contábeis.

CONTA		2021	2020	%
2.1	PASSIVO CIRCULANTE	2.663,98	105.574,71	(97,48)

O Passivo Circulante do FEPDC é formado pela conta Fornecedores e Contas a Pagar de Curto Prazo, cujo valor encontra-se totalmente quitado em 31/12/2021 e pela conta Valores Restituíveis no valor de R\$2.663,98 representando menos de 1% do total do passivo, haja vista redução de 97,48% no período considerado.

Ressalta-se que quando comparado ao valor total do Passivo e Patrimônio Líquido, o Passivo Circulante representa 0,0027% evidenciando baixo grau de endividamento, comprometendo menos de 1% do Ativo Circulante.

2.3.3. Patrimônio Líquido

O Patrimônio Líquido de acordo com o MCASP é o valor residual dos ativos da entidade depois de deduzidos todos seus passivos.

2.3.3.1. Resultados Acumulados

No Patrimônio Líquido é evidenciado o resultado do período conforme quadro abaixo:

CONTA		2021	2020
2.3.7.1	SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS	98.449.552,40	94.920.600,75
2.3.7.1.1	SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS - CONSOLIDAÇÃO	135.007.793,87	129.797.244,23
2.3.7.1.2	SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS - INTRA OFSS	(34.876.643,48)	(34.876.643,48)
2.3.7.1.5	SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS - INTER OFSS - MUNICÍPIO	(1.681.597,99)	0,00

O Patrimônio Líquido manteve o saldo positivo com crescimento de 3,72% no exercício.

O resultado negativo apresentado no exercício anterior, decorreu principalmente em razão do decréscimo patrimonial sob a forma de saída de recurso financeiro em razão da transferência dos rendimentos das aplicações do FEPDC para o FUNEMP nos exercícios de 2020 e 2021.

O resultado deficitário na conta 2.3.7.1.5 provém do custeio de projetos efetuado por meio das transferências intergovernamentais.

2.3.3.2. Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Patrimoniais

QUADRO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PATRIMONIAIS	2021	2020
ATIVO FINANCEIRO	54.038.541,60	51.007.274,35
ATIVO PERMANENTE	44.413.674,78	44.018.901,11
TOTAL DO ATIVO	98.452.216,38	95.026.175,46
PASSIVO FINANCEIRO	3.293.068,62	3.252.184,11
TOTAL DO PASSIVO	3.293.068,62	3.252.184,11
SALDO PATRIMONIAL	95.159.147,76	91.773.991,35

O Ativo Financeiro compreende os valores numerários e os créditos e valores realizáveis independentemente de autorização orçamentária.

No Ativo Permanente encontram-se os bens, créditos e valores, cuja mobilização ou alienação dependa de autorização legislativa.

O Passivo Financeiro engloba as dívidas e outros compromissos exigíveis cujo pagamento independa de autorização orçamentária.

No quadro acima observa-se a capacidade do Fundo em quitar suas obrigações com folga, tendo em vista que o passivo financeiro equivale a 6,09% do ativo financeiro. Além do Resultado Patrimonial positivo, o Superávit Financeiro de R\$50.745.472,98 (obtido pela diferença entre Ativo Financeiro e Passivo Financeiro) demonstra uma gestão financeira eficiente e eficaz.

2.3.3.3. Quadro das Contas de Compensação

Compreende as contas representativas dos Atos Potenciais Ativos e Passivos. Os Atos Potenciais, de acordo com o MCASP, podem vir a afetar, positivamente ou negativamente, o patrimônio imediata ou indiretamente.

ATOS POTENCIAIS	2021	2020	%
GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	1.339.176,05	1.328.709,88	
TOTAL DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	1.339.176,05	1.328.709,88	0,79
OBRIGAÇÕES CONVENIADAS E OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERES	94.079,72	0,00	
OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS	5.516.445,52	3.392.598,16	
TOTAL DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	5.610.525,24	3.392.598,16	62,60

Os Atos Potenciais Ativos são compostos por apólices de seguros recebidas, pela Unidade Executora 1090005 – FEPDC, nos valores conforme abaixo:

NOME	CONTRATO	CNPJ	DATA DO VENCIMENTO	VALOR
POTENCIAL SEGURADORA	25/2019	11.699.534/0001-74	31/07/2022	69.317,76
POTENCIAL SEGURADORA	86/2021	11.699.534/0001-74	01/12/2022	74.156,50
JUNTO SEGUROS S.A	27/2019	84.948.157/0001-33	02/08/2022	356,33
PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS	134/2018	61.198.164/0001-60	28/08/2022	840.425,00
POTTENCIAL SEGURADORA S.A	109/2018	11.699.534/0001-74	15/07/2023	354.920,46
TOTAL				1.339.176,05

As Obrigações Contratuais incluem contratos de fornecimento, aluguel e de serviços, sendo este último o mais significativo representando 62,78% do total.

O valor total é composto pelas obrigações contratuais das Unidades Executoras 1090005, 1090009 e 1090017, conforme discriminado:

CONTRATOS	FORNECIMENTO	SERVIÇO	ALUGUEL	TOTAL 2021	TOTAL 2020
1090005 – FEPDC	0,01	3.462.962,39	232.833,17	3.695.795,57	2.385.123,82
1090009 - TDCO FUNED	105.116,49	0,00	0,00	105.116,49	261.474,34
1090017 - TDCO PCMG - SISTEMA VERIFICADOR DE ADULTERAÇÃO DE BEBIDAS	204.761,30	0,00	0,00	204.761,30	746.000,00
1090021 - TDCO IMA	1.510.772,16	0,00	0,00	1.510.772,16	0,00
TOTAL	1.820.649,96	3.462.962,39	232.833,17	5.516.445,52	3.392.598,16

Nota-se em 2021 aumento nas obrigações contratuais a executar, principalmente nos contratos de serviços, devido aos contratos firmados com as empresas Techbiz Forense Digital Ltda e Plansul Planejamento e Consultoria. Ademais, destaca-se também contrato de fornecimento em decorrência do TDCO 121/2020 celebrado com o Instituto Mineiro de Agropecuária-IMA para aquisição de equipamentos e insumos para laboratório a fim de desenvolver as atividades do “Programa Segurança Alimentar – Agrotóxicos”.

Em relação ao valor de R\$0,01 da Unidade 1090005, referente ao Contrato 2018029202174, destacamos que a baixa já foi solicitada pela Diretoria de Contabilidade ao setor responsável.

Unidade Executora 1090005 – FEPDC

CONTA	DESCRIÇÃO	2021	2020	%
8.1.2.3.1.01	CONTRATOS DE FORNECIMENTO - A EXECUTAR	0,01	0,01	0,00
8.1.2.3.2.01	CONTRATOS DE SERVIÇO - A EXECUTAR	3.462.962,39	2.152.290,64	60,90

8.1.2.3.4.01	CONTRATOS DE ALUGUEL - A EXECUTAR	232.833,17	232.833,17	0,00
TOTAL		3.695.795,57	2.385.123,82	54,95

Dentre os Contratos de Serviço, destacam-se os firmados com as empresas Techbiz Forense Digital Ltda e Plansul Planejamento e Consultoria EIRELI nos valores de R\$1.252.123,20 e R\$1.235.759,34, respectivamente.

O Fundo possui apenas uma contratação de aluguel, com a empresa Cawf Participações Empreendimentos Ltda, e é relativo à locação do imóvel situado na Rua Goitacazes, 1212, 1216, 1218 e 1220, Barro Preto/BH.

Unidade Executora 1090009 – TDCO

CONTA	DESCRIÇÃO	2021	2020
8.1.2.3.1.01.00	CONTRATOS DE FORNECIMENTO - A EXECUTAR	105.116,49	261.474,34
TOTAL		105.116,49	261.474,34

Unidade Executora 1090017 – TDCO

CONTA	DESCRIÇÃO	2021	2020
8.1.2.3.2.01.00	CONTRATOS DE FORNECIMENTO - A EXECUTAR	204.761,30	746.000,00
TOTAL		204.761,30	746.000,00

Unidade Executora 1090021 – TDCO

CONTA	DESCRIÇÃO	2021	2020
8.1.2.3.2.01.00	CONTRATOS DE FORNECIMENTO - A EXECUTAR	1.510.772,16	0,00
TOTAL		1.510.772,16	0,00

2.4. NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

De acordo com o MCASP a Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) evidencia as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indica o resultado patrimonial do exercício. O resultado patrimonial do exercício é obtido na DVP, pela diferença entre as Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA) e as Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD). Em 2021 esse resultado foi de superávit no valor de R\$3.528.951,65.

Variações Patrimoniais

CONTA	2021	2020
TOTAL DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	16.259.577,68	11.569.547,93
TOTAL DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	12.730.626,03	40.023.242,69
RESULTADO PATRIMONIAL	3.528.951,65	(28.453.694,76)

2.4.1. Variações Patrimoniais Aumentativas

As variações Patrimoniais Aumentativas (VPA) são transações que promovem alterações aumentativas nos elementos patrimoniais da entidade do setor público e que afetam o Resultado.

CONTA	2021	2020	%
4.4 VARIações PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	2.155.917,59	1.476.879,69	45,98
4.5 TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS	1.084.412,93	1.819.848,35	(40,41)

4.6	VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS E DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	28,75	2.441,34	(98,82)
4.9	OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	13.019.218,41	8.270.378,55	57,42
TOTAL		16.259.577,68	11.569.547,93	40,54

O aumento de 45,98% apresentado na conta de Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras deve-se à melhor remuneração obtida nas aplicações financeiras no ano de 2021.

As variações referentes às Transferências e Delegações Recebidas tiveram um aumento expressivo em razão da descentralização dos recursos seguintes:

COTA FINANCEIRA RECEBIDA UNIDADE FINANCEIRA ÓRGÃO		2021	2020
1090009	FUNED DET ALERGENOS	277.115,84	0,00
1090017	PMMG	765.699,99	0,00
10900010	PCMG – DEICC	0,00	678.028,27
1090021	IMA	39.482,50	-
TOTAL		1.082.298,33	678.028,27

A mudança de critérios internos de contabilização no SIAFI na conta contábil das OPERAÇÕES FINANCEIRAS ATIVAS ENTRE UNIDADES SETORIAIS causou diminuição expressiva nessa rubrica, uma vez que os valores nela movimentados passaram a ser contabilizados na conta VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS DECORRENTES DE OUTROS FATOS GERADORES, o que justifica o aumento dessa última.

Ademais, as multas previstas na legislação aplicadas pelo PROCON-MG, registradas em OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS, representam 63,26% do total de VPA, com aumento de 26,32% em relação ao exercício de 2020. Vale destacar que a fonte

de receitas são as multas legalmente aplicadas, assim, não é possível considerar seu desempenho baseando-se exclusivamente nas receitas arrecadadas.

CONTA		2021	2020	%
4.9.9.5.1.0.1	MULTAS ADMINISTRATIVAS	10.285.663,70	8.142.345,46	26,32

2.4.2. Variações Patrimoniais Diminutivas

As variações Patrimoniais Diminutivas (VPD) são transações que promovem alterações diminutivas nos elementos patrimoniais da entidade do setor público e que afetam o resultado.

CONTA		2021	2020	%
3.3	USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	3.754.994,02	5.316.628,86	(29,37)
3.5	TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS	6.581.582,63	1.819.848,35	261,66
3.9	OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	2.394.049,38	32.886.765,48	(92,72)
TOTAL		12.730.626,03	40.023.242,69	(68,19)

Em 2021 ocorreu redução na ordem de 68,19% nas Variações Patrimoniais Diminutivas.

A redução no período ocorreu principalmente em relação à rubrica OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS, em virtude de não haver, nesse exercício, a CONCESSÃO DE CONTRIBUIÇÕES/AUXÍLIOS (transferência ao FUNEMP) como ocorrido em 2020. Vale ressaltar que a transferência mencionada ocorreu em caráter excepcional no exercício anterior, conforme decisão do Grupo Gestor do Fundo Estadual de Proteção e Defesa do Consumidor (FEPDC), publicada no DOMP em 05/11/2020, na qual foi aprovada a transferência dos rendimentos das aplicações do FEPDC para o FUNEMP nos exercícios de 2020 e 2021.

A prestação de serviços de terceiros através de pessoa jurídica teve uma diminuição significativa em virtude da finalização do contrato número 235/2018 com a empresa Techbiz Forense Digital Ltda, cujo objeto foi a aquisição de equipamentos/licença de software para realização de exame digital em celulares pelas unidades do GAECO e CEAT.

Por outro lado, as variações decorrentes das TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS representam 51,70% do total das Variações Patrimoniais Diminutivas e decorrem da celebração de convênios de “Reestruturação de Procon’s Municipais e Estruturação de SIM – Serviço de Inspeção Municipal em diversos municípios e, ainda, implantação de projetos diversificados através de Consórcios Intermunicipais.

A rubrica Diárias de Viagem-Pessoal Civil/Militar aumentou consideravelmente em virtude das atividades do Programa de Fiscalização de agências bancárias efetuado pelo PROCON/MG.

2.5. NOTAS EXPLICATIVAS DA DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

Segundo o MCASP a Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC) permite identificar as fontes de geração dos fluxos de entrada de caixa, os itens de consumo de caixa durante o período e o saldo do caixa na data das demonstrações. A DFC permite analisar a capacidade de a entidade gerar caixa e equivalentes de caixa e utilizar os recursos próprios e de terceiros em suas atividades.

A Demonstração do Fluxo de Caixa foi elaborada pelo Método Direto evidenciando a movimentação de caixa e de seus equivalentes, nas atividades Operacionais e de Investimentos apenas, dado que o FEPDC não possui atividades de Financiamentos.

Os Ingressos de Recursos advêm exclusivamente das Atividades Operacionais.

2.5.1. Atividades Operacionais

FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	2021	2020	%
INGRESSOS	12.725.338,47	9.617.190,78	32,32
RECEITAS DERIVADAS E ORIGINÁRIAS	12.725.338,47	9.617.190,78	32,32
DESEMBOLSOS	9.074.645,75	36.209.103,27	(74,94)
PESSOAL E DEMAIS DESPESAS	3.553.857,27	3.790.970,49	(6,25)
TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS	5.497.169,70	32.398.333,99	(83,03)
OUTROS DESEMBOLSOS OPERACIONAIS	23.618,78	19.798,79	19,28
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	3.650.692,72	(26.591.912,49)	113,73

No exercício de 2021, as Atividades Operacionais geraram Fluxo de Caixa Líquido na ordem de R\$3.650.692,72, sendo que os ingressos operacionais representados pelas Receitas Derivadas e Originárias cresceram 32,32% no período em decorrência da fonte principal de

receitas do FEPDC que são as multas aplicadas em razão da legislação pertinente, que como já foi dito na DVP, independem dos atos de gestão.

Os desembolsos oriundos da Atividade Operacional reduziram 74,94%, sendo que parte do decréscimo se deve ao fato de que, no exercício em questão, não houve transferência dos rendimentos das aplicações do FEPDC para o FUNEMP como ocorrido excepcionalmente no exercício de 2020.

2.5.2. Atividades de Investimento

FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	2021	2020	%
DESEMBOLSOS	802.249,99	1.703.925,91	(52,92)
AQUISIÇÃO DE ATIVO NÃO CIRCULANTE	802.249,99	1.703.925,91	(52,92)
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(802.249,99)	(1.703.925,91)	(52,92)

A exemplo do ocorrido nos últimos exercícios, em 2021 não houve ingressos nas atividades de investimentos o que gerou fluxo de caixa líquido negativo.

Os desembolsos apresentam redução de 52,92% em relação ao ano anterior, e se referem ao custeio de atividades relacionadas aos TDCO's 1090017 e 1090021.

2.5.3. Resultado

EXERCÍCIO	2021	2020
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL (1)	51.007.274,35	79.303.112,75
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA FINAL (2)	53.855.717,08	51.007.274,35
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA NO EXERCÍCIO (2 - 1)	2.848.442,73	(28.295.838,40)

A geração Líquida de Caixa e Equivalente de Caixa, apurada pela diferença entre a geração de caixa operacional e os desembolsos destinados aos investimentos, resultou em uma geração de caixa favorável, também apresentada no Balanço Financeiro, de R\$2.848.442,73 que equivale a um crescimento de 110,07% em relação ao exercício de 2020.

Destacamos que as demonstrações contábeis apresentadas são consolidadas, assim, os valores de CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA contemplam os valores contidos em todas nas unidades executoras. Excluindo tais unidades, a geração líquida de caixa somente do FEPDC, unidade 1090005, é de R\$2.848.415,23 no exercício de 2021.

Belo Horizonte, 27 de maio de 2022.

Íris Duarte Rêgo
Analista do MP
Mamp 4826-00
CRCMG 077.337/0
Responsável pela Emissão

Leticia Mara de Souza Silva
Analista do MP
Mamp 6138-00
CRCMG 101.600
Contador

Daniilo Botelho de Carvalho
Mamp 4537-00
Superintendente de Finanças